



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Aos dezasseis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 20:00 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

ORDEM DO DIA

1. **22.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 3.ª REVISÃO**
2. **CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.**
3. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPESSOAL SA. CONTRATO PROGRAMA PARA 2016. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**
4. **SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/178 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015**

5. REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS DO ESTALEIRO MUNICIPAL - CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/5 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015
6. REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE - AV. ENG.º ARALA PINTO - MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/57, 2014/I/60 E 2014/I/158 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015
7. REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO – BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO - CONCURSO PÚBLICO N.º 14/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/60 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015
8. REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE TRUTAS - 2.ª FASE E REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CONCURSO PÚBLICO N.º 18/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/64 E 2015/I/82 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015
9. REABILITAÇÃO DO PAVIMENTO E EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA COMENDADOR SANTOS BAROSA E RUA DAS FLORES – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/I/88 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015
10. REQUALIFICAÇÃO DA RUA SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/74, 2015/I/85 E 2015/I/164 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

11. SERVIÇOS DE CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/A/58 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015
12. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2016 E 2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/88 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015
13. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ANUAL DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PELO PERÍODO DE 3 ANOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/158 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015
14. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO.
15. AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de se entrar na ordem do dia foi observado um minuto de silêncio em memória das vítimas do atentado de 13 de novembro em Paris e de solidariedade pelo sofrimento do povo francês.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 22.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2015 – 3.ª REVISÃO

783 - Presente proposta da 22ª Modificação – 3ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

3ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2015, no valor de 15.005,00 euros nos reforços e 15.005,00 euros nas anulações;

3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2015, sem alterações nos reforços e no valor de 15.000,00 euros anulações no ano de 2015; com reforço de dotação em 2016 no valor de 995.972,24 euros e anulações de dotação em 2016 no valor de 995.972,24 euros;

3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2015, no valor de 15.005,00 euros nos reforços e 5,00 euros nas anulações; com reforço de dotação em 2016 no valor de 193.566,56 euros e e anulações de dotação em 2016 no valor de 193.566,56 euros; e com reforço de dotação em 2017 no valor de 93.824 euros e e anulações de dotação em 2017 no valor de 93.824 euros;

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 22ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, constituída pela 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

No início da discussão dos pontos 2, 3 e 4, o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Para apresentação e esclarecimento dos referidos pontos esteve presente na reunião a **Dr.ª Fátima Cardoso**, Administradora da empresa **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.**, que respondeu também a algumas dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores.

2 - CONTRATO-PROGRAMA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS”. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

784 - Nos termos do disposto no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que serão assumidos encargos até ao valor de 440.832,57_euros, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2016.

Considerando que a despesa a incorrer será suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 0103/0501010101 e ação do PAM 2014/A/179.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Considerando que a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, até ao valor de quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos, a que acresce IVA à taxa legal, no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da

Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, sob condição de prévia aprovação da 3.ª revisão dos documentos previsionais de 2015.

A presente deliberação foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Defendendo o serviço de transporte de passageiros existente constatamos a existência de uma empresa municipal que não tem tido como retorno ganhos de eficácia de serviços. Quase sistematicamente é pedido um esforço à Câmara relativamente aos anos anteriores. Mesmo com ações que alteram o modelo de subcontratação para os meios próprios, a redução de custos previsível não é refletida no valor da subsídio da Câmara à TUMG.”

O Sr. Presidente esteve ausente, por estar impedido.

3 -TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM UNIPessoal SA. CONTRATO PROGRAMA PARA 2016. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

785 - Presente proposta apresentada pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, que se dá por reproduzido.

Presente minuta de contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA.

O contrato-programa deve ser aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta desta Câmara Municipal, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que integra o objeto social da empresa municipal TUMG a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, de acordo com a alínea a), do artigo 4.º, dos respetivos Estatutos.

Considerando que constitui atribuição dos municípios o planeamento, a gestão e a realização de investimentos em rede de transportes regulares urbanos que se desenvolvam exclusivamente na área do município, de acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que o serviço público de transporte coletivo de passageiros constitui um serviço de interesse geral.

Considerando que quando seja atribuída a uma empresa municipal a gestão de um serviço de interesse geral é necessária a celebração de um contrato- programa, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local).

A Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa, que se dá por integralmente reproduzido, a celebrar com a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM Unipessoal SA, que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, a vigorar no ano de 2016, sob condição de aprovação da autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e de prévia aprovação da 3.ª revisão dos documentos previsionais de 2015.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que reiterou a declaração de voto proferida no ponto anterior.

O Sr. Presidente esteve ausente, por estar impedido.

4 - SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO PARA O ANO 2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/178 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015

786 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DCD para a **"Contratação de serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2016"**, atenta informação I/AQ_04/2015 de 12/10/2015 e requisição interna 17056.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que: *"(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) "*

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista dotação suficiente para a assunção da despesa no ano de 2016 referente ao procedimento que se pretende iniciar e cuja despesa está prevista na ação 2014/A/178 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS do Plano de Atividades Municipais de 2015, o que determinou o seu reforço na 9.ª Modificação, 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais 2015 aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/06/2015, com uma dotação global de 310.000 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao

procedimento de contratação da contratação de “Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projetos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo município para o ano 2016” até ao montante de 305.178,79 euros (trezentos e cinco mil, cento e setenta e oito euros e setenta e nove cêntimos) no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Reitero a anterior declaração de voto.

Considero abusivo a definição de preço de mercado ser considerado o valor médio das propostas apresentadas pelos subcontratados da TUMG.”

O Sr. Presidente esteve ausente, por estar impedido.

5 - REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DOS EDIFÍCIOS DO ESTALEIRO MUNICIPAL - CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/5 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

787 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para a obra de **Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal - Concurso Público n.º 15/2015**, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 415/2015 de 11/09/2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 139.495,13 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 147.864,84 euros.

Considerando o atraso no procedimento verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2016, até ao valor de 139.495,13 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 147.864,84 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na seguinte classificação orgânica/económica 07/07010301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/5.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, apenas foi prevista a inscrição de dotação no montante de 70.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2016 na ação 2014/I/5 do Plano Plurianual de Investimentos;

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/5 com a designação “OBRAS DE REABILITAÇÃO NOS EDIFÍCIOS DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS”, com uma dotação de 157.865,00 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à empreitada de Requalificação da cobertura dos edifícios do Estaleiro Municipal - Concurso Público n.º 15/2015, até ao valor de cento e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos, no ano de 2016, para efeitos do

cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE - AV. ENG.º ARALA PINTO - MARINHA GRANDE - CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/57, 2014/I/60 E 2014/I/158 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

788 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para “Requalificação e promoção da acessibilidade - Av. Eng.º Arala Pinto - Marinha Grande” - Concurso Público n.º 19/2015, foi efetuada a adjudicação da mesma atento Despacho n.º 490/2015 de 27/10/2015, tendo sido assumidos compromissos no ano de 2015 de 69.978,30 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 6%, o que perfaz 74.177 euros.

Considerando o atraso no procedimento verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2016, até ao valor de 69.978,30 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 74.177 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas seguintes classificações orgânica/económica:

- a) 07/070110 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/57;
- b) 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/60;
- c) 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/158.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, apenas foi prevista a inscrição de dotação no montante de 25.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2016 na ação 2014/1/60 do Plano Plurianual de Investimentos;

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2016 na ação 2014/1/158 do Plano Plurianual de Investimentos.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão:

- a) foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/1/60 com a designação “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO”, com uma dotação de 155.648,24 euros para o ano de 2016;
- b) foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/1/158 com a designação “REMODELAÇÃO DO SISTEMA DE SEMAFORIZAÇÃO DO CRUZAMENTO DA AV. ENG.º ARALA PINTO COM A AV. 1º DE MAIO”, com uma dotação de 9.847 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação e promoção da acessibilidade - Av. Eng.º Arala Pinto - Marinha Grande - Concurso Público n.º 19/2015, até ao valor de setenta e quatro mil, cento e setenta e sete euros, no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO – BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO - CONCURSO PÚBLICO N.º 14/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/60 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

789 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para **“Requalificação urbana do espaço público – bens de domínio público” - Concurso Público n.º 14/2015**, foi aberto procedimento para a mesma atento Despacho n.º 281/2015 de 02/07/2015, tendo sido cabimentada a dotação de 67.199,76 euros no ano de 2015.

Considerando o atraso no procedimento verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2016, por conta desta empreitada até ao valor de 63.308,50 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 67.107,01 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/60.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, apenas foi prevista a inscrição de dotação no montante de 25.000,00 para a assunção desta despesa no ano de 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/I/60 com a designação **“REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO”**, com uma dotação de 155.648,24 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da obra de Requalificação urbana do espaço público – bens de domínio público - Concurso Público n.º 14/2015, até ao valor de sessenta e sete mil, cento e sete euros e um cêntimos, no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE TRUTAS - 2.ª FASE E REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CONCURSO PÚBLICO N.º 18/2015 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/64 E 2015/I/82 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

790 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Considerando que, mediante prévia realização de procedimento de concurso público para “Rede de águas residuais domésticas de Trutas - 2.ª fase e remodelação da rede de abastecimento de água” - Concurso Público n.º 18/2015, foi aberto procedimento atento Despacho n.º 364/2015 de 11/08/2015, tendo sido cabimentada a dotação de 335.444,21 euros no ano de 2015. Foi ainda efetuado cabimento adicional no valor de 16.260,98 euros, atenta lista de erros e omissões;

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Considerando o atraso no procedimento verifica-se ser necessária a assunção de encargos para exercícios futuros, no ano de 2016, por conta desta empreitada até ao valor de 331.797,35 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 351.705,19 euros.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030301 e 07/07030306 e ações do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/64 e 2015/1/82, respetivamente.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão:

- a) foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/1/64 com a designação “SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NAS TRUTAS”, com uma dotação de 255.440,00 euros para o ano de 2016;
- b) foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2015/1/82 com a designação “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSOS ARRUAAMENTOS NO LUGAR DAS TRUTAS”, com uma dotação de 105.000,00 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Rede de águas residuais domésticas de Trutas - 2.ª fase e remodelação da rede de abastecimento de água” - Concurso Público n.º 18/2015, até ao valor de trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinco euros e dezanove cêntimos, no ano de 2016, para

efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REABILITAÇÃO DO PAVIMENTO E EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NA RUA COMENDADOR SANTOS BAROSA E RUA DAS FLORES – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/1/88 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

791 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Considerando que, se pretende abrir procedimento de concurso público para “**Reabilitação do pavimento e execução de infraestruturas na rua Comendador Santos Barosa e rua das Flores**”, sendo necessária a dotação de 39.033,80 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 41.375,83 euros, no ano de 2016.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas classificações orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/1/88.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista a inscrição de qualquer dotação para a assunção desta despesa no ano de 2016.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/1/88 com a designação “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ALEGRIA, RUA DAS FLORES, RUA COMENDADOR SANTOS BAROSA E TRAVESSA VIEIRA DE LEIRIA”, com uma dotação de 58.530,00 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Reabilitação do pavimento e execução de infraestruturas na rua Comendador Santos Barosa e rua das Flores”, até ao valor de quarenta e um mil, trezentos e setenta e cinco euros e oitenta e três centimos, no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NAS AÇÕES 2014/I/74, 2015/I/85 E 2015/I/164 DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015

792 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, que respeita à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015, aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014;

Considerando que, se pretende abrir procedimento de concurso público para “**Requalificação da rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro**”, sendo necessária a dotação de 184.627,95 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que perfaz 195.705,63 euros, no ano de 2016.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação nas seguintes classificações:

- a) orgânica/económica 07/07030302 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2014/I/74;
- b) orgânica/económica 07/07030306 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/85;
- c) orgânica/económica 07/07030301 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2015/I/164;

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista a inscrição da seguinte dotação para a assunção desta despesa no ano de 2016:

- a) 50.000,00 euros na ação 2014/I/74 do Plano Plurianual de Investimentos;
- b) 50.000,00 euros na ação 2015/I/85 do Plano Plurianual de Investimentos;
- c) 80.000,00 euros na ação 2015/I/164 do Plano Plurianual de Investimentos, a qual foi reduzida para 63.020 euros com a aprovação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2015 na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de junho de 2015;

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, o qual aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro é preceituado que *“Para efeitos de aplicação da alínea c) da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”*;

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano das seguintes ações:

- a) 2014/I/74 com a designação “OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, com uma dotação de 120.000,00 euros para o ano de 2016;
- b) 2015/I/164 com a designação “OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, com uma dotação de 341.457,00 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para a “Requalificação da rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro”, até ao valor de cento e noventa e cinco mil, setecentos e cinco euros e sessenta e três cêntimos, no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - SERVIÇOS DE CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2016 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2013/A/58 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015

793 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DISU para a contratação de serviços de “**Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016**”, atenta informação EM/18/2015 de 19/10/2015 e requisição interna 18432.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que: “(...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista dotação suficiente para a assunção da despesa no ano de 2016 referente ao procedimento que se pretende iniciar e cuja despesa está prevista na ação 2013/A/58 - ANÁLISES E CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO PARA OS ANOS DE 2014 A 2016 do Plano de Atividades Municipais de 2015.

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2013/A/58 com a designação “ANÁLISES E CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO PARA OS ANOS DE 2014 A 2016”, com uma dotação de 26.000,00 euros para o ano de 2016;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao procedimento de contratação de serviços de “Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016” até ao montante de 25.996,02 euros (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e seis euros e dois centimos), no ano de 2016, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2016 E 2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2014/A/88 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015

794 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DAM para a contratação de **“Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017”**, atenta informação I/1553/2015 de 10/11/2015 e requisição interna 18291.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que: *“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2 – Excetuam-se*

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...)”

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista dotação suficiente para a assunção da despesa nos anos de 2016 e 2017 referente ao procedimento que se pretende iniciar e cuja despesa está prevista na ação 2014/A/88 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTES E RELIGAÇÕES DE CONTADORES DE ÁGUA do Plano de Atividades Municipais de 2015.

Considerando que na 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, foi inscrito o reforço nas Grandes Opções do Plano da ação 2014/A/88 com a designação “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORTES E RELIGAÇÕES DE CONTADORES DE ÁGUA”, com uma dotação de 133.000,00 euros para os anos de 2016 e 2017;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao procedimento de contratação de “Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017” até ao montante de 111.642,18 euros (cento e onze mil, seiscentos e quarenta e dois euros e dezoito cêntimos) nos anos de 2016 e 2017, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

A presente proposta apenas pode ser autorizada pelo órgão deliberativo desde que aprovada a 22.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015, 3.ª Revisão, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ANUAL DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PELO PERÍODO DE 3 ANOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – PROCESSO INCLUÍDO NA AÇÃO 2015/A/158 DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DE 2015

795 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando que a autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais tomada na sessão da Assembleia Municipal de 24/11/2014, respeita apenas à assunção de encargos plurianuais nas ações previstas nos Documentos Previsionais de 2015 aprovados na mesma sessão deste órgão deliberativo, nos termos constantes da deliberação anexa a este processo;

Considerando a necessidade manifestada pelos serviços da DOT para a contratação de **“Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura - Teatro Stephens para o período de 3 anos”**, atenta informação l/639/2015 de 13/05/2015 e requisição interna 1085.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º12.º que: *“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. 2 – Excetuam-se*

do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”

Considerando que aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, não foi prevista dotação suficiente para a assunção da despesa no ano de 2016 referente ao procedimento que se pretende iniciar e cuja despesa está prevista na ação 2015/A/158 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE HIDROPIESSOR - COMBATE DE 2.ª INTERVENÇÃO do Plano de Atividades Municipais de 2015, o que determinou o seu reforço na 9.ª Modificação, 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais 2015 aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/06/2015, com uma dotação global de 1.800 euros em cada um dos anos de 2016, 2017 e 2018;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido, o que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao procedimento de contratação de “Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura - Teatro Stephens para o período de 3 anos” até ao montante de 1.722,00 euros (mil, setecentos e vinte e dois euros) em cada um dos anos, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO.

O Sr. Presidente explicou a forma como os Documentos Previsionais foram elaborados, e solicitou a presença da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, **Dr.ª Sandra Paiva**, para os esclarecimentos técnicos que vierem a ser necessários.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira apresentou a cronologia deste Orçamento relativamente aos seus contributos, da seguinte forma:

- *Cronologia deste orçamento:*
 - No início de Outubro foram pedidos os meus contributos para o orçamento 2016

- Como nos dois últimos anos também tinha sido pedidos e pouco ou nada foi executado, decidi enviar um mail com o mesmo documento apresentado em Novembro de 2013, sobre os contributos para o orçamento de 2014;
- Nesse mail disse que “na generalidade, com raríssimas excepções, o documento mantém-se atual. O que era previsível fazer em 2014 e 2015 não foi realizado. Entendemos não ser relevante acrescentar muitas outras propostas às que já fizemos para 2015, pois é expectável que tenham a mesma atitude política, mas obviamente que é inegável e urgente para o nosso concelho a revisão do regulamento dos apoios e subsídios, promover a “semana da Juventude” (colaboração da CMJ), a construção da piscina na sede do concelho, a construção das variantes envolventes da nossa cidade, terminar o saneamento, a requalificação da Rua das Andorinhas, terminar a Rua do Repouso (ligando ao concelho de Leiria), etc., etc.”
- no final do mês de Outubro recebi um “borrão do orçamento” (o termo foi utilizado pelo Presidente);
- No dia 4 de Novembro fui convidado para uma reunião com o presidente Paulo Vicente e a vereadora Cidália, onde me foi dito que tinha havido intenção de incluir os meus contributos e foi feito um resumo do que se pretendia para o orçamento de 2016;
- *Timing do Orçamento*
 - lamentamos que uma vez mais não tenhamos cumprido o prazo da discussão e aprovação do orçamento. É recorrente que incorram nesta ilegalidade e que não consigam, junto com os serviços, evitar atrasos, que nem a situação política interna actual da camara justificam.
- *SOBRE O ORÇAMENTO:*
 - sobre os documentos apresentados salienta-se o esforço realizados pelos técnicos e dirigentes que produziram a informação para o documento.
 - quanto ao documento enquadrador, e do mesmo modo que foi apresentado no ano passado, registamos a preocupação de explicar as decisões tomadas.
 - Encontrámos uma nota introdutória que refere a missão, a visão e os objectivos estratégicos, e que, do mesmo modo que em 8 de Janeiro manifestei na reunião de camara, não foram alvo dum estudo cuidado, misturando por exemplo na visão, “a inovação com a aposta na melhoria da qualidade dos serviços”. Ora a visão não é apostar na melhoria da qualidade dos serviços, isto é a intenção. A visão seria por exemplo atingir um nível elevado de qualidade de serviços.
 - os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso estabelecer prioridades.
 - o PPI e o PAM são incongruentes com a missão, a visão e objectivos estratégicos plurianuais, senão vejamos as inúmeros acções para as quais temos definido apenas € 5,00.
 - num dos parágrafos é dito que “O presente documento reflete não apenas as propostas e intenções do Executivo permanente, como de todos os Vereadores, e por estes de todas as forças políticas e cívicas, que integram o Executivo Municipal.”
 - a) Foram vocês dois que escreveram esta frase?
 - b) Acreditam mesmo que o presente documento reflecte as propostas de todos os vereadores incluindo a minha?

- **AS MINHAS PROPOSTAS**

Entendi que incluíram no orçamento algumas das minhas propostas, sobretudo as que referi como software e vocês referiam “actividades imateriais”. São sugestões óbvias, de bom senso, que só engrandecem a nossa terra. No entanto, mesmo para estas, não vi reflectido no orçamento a sua operacionalidade. Apenas como exemplo, referem o “apoio às situações de emergência social (medicamentação; leite infantil; bens de primeira necessidade para famílias em risco)”. Onde? quando? com quem? Com que meios? No PAM e no PPI não encontro nenhuma referência a esta actividade.

No entanto, fiz outras propostas que não foram incluídas, como exemplo o apoio às Universidades seniores, a elaboração do Plano Municipal das Acessibilidades, Construção de rotunda em frente à actual saída da Zona Industrial, a Construção duma segunda entrada/saída para a zona industrial, a construção dum painel central publicitando as iniciativas, a construção das piscinas, das variantes, o mercado municipal no local acertado, etc. etc.

A creche que já está prevista desde a campanha eleitoral, no ano passado tinha uma verba atribuída para 2016 de € 318.000,00, e agora tem definido apenas € 18.000,00, com uma verba de 100.000€ como “não definida” e para 2017 uma verba de 206.000,00€.

Entendo perfeitamente que não é possível fazer tudo o que a Marinha Grande necessita nos próximos 4 anos que definem as GOP, mas é por isso é que temos de definir prioridades em função dos objectivos estratégicos. Naturalmente se não há visão nem definição estratégica, também não haverá prioridades.

Apesar de entender que não poderão ser introduzidas todas as minhas propostas, não posso aceitar que afirmem que este orçamento reflecte as “propostas e intenções todos os Vereadores”. Como podem constatar, pelo menos as minhas propostas de hardware não estão reflectidas e esta afirmação serve apenas para o exterior, para “inglês ver”, mas considero-a abusiva do que foi a discussão prévia que tivemos.

- **SOBRE AS VOSSAS PROPOSTAS**

- se o primeiro objectivo estratégico plurianual é “Consolidar o concelho enquanto centro económico empreendedor e dinâmico”, como é possível não considerar verbas para o desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial? Referem consolidar quando a ambição deveria para além disso, também devia ser crescer, só desta forma teremos mais e melhores empresas e com isso mais e melhor emprego, mais rendimentos e criação riqueza, naturalmente melhor qualidade de vida e munícipes mais felizes.

- As políticas sociais também estão esquecidas neste orçamento, não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias, no fundo para fazer face a uma estrutura social em percurso do envelhecimento, num território marcado por graves problemas sociais e de saúde.

- São referidos alguns índices da nossa cidade, mas esqueceram o que foi mencionado na reunião passada que estamos a perder poder de compra encontrando-nos abaixo da média do país, quando no início do século já estivemos muito acima da média.

- temos uma previsão de despesas de investimento total de mais de 46,5 M€, no entanto só temos definido 4,4 M€. Isto é sério ????

- Na verdade deixámos de fora deste orçamento obras fundamentais, algumas estruturantes, para o desenvolvimento da nossa terra. Apenas alguns exemplos:

* Altos Picotes - € 5,00? precisa 2,6M€

* Centros escolares é para fazer ou não? Só tem € 5,00, precisa 3,159M€

* Piscina? só tem € 5,00, precisa 3,7M€

* Mercado municipal - apenas € 3.300,00?? Qual a localização?

* Construção do parque TIR - € 5,00, precisa 212M€

* Ampliação da ZI - € 5,00 – precisa 3,7M€

- há obras que têm vindo a arrastar-se de orçamento em orçamento, e que apesar de mencionadas nunca foram realizadas. Neste orçamento voltam a estar definidos € 5,00, mas com a verba “não definida” elevada. Qual a garantia que não lhes acontece o mesmo que nos outros anos.

Exemplos: oficina da música, eficiência energética, centros escolares, pagamento dos 52 fogos do Camarnal, requalificação das instalações da Mortenssen (mas temos € 5,00 para as adquirir), sistemas de águas residuais (de Picassinos, Pero Neto, Albergaria, Marinha Pequena, Garcia, Pilado, Moita), construção de parque de veículos em fim de vida, construção de ecocentro, arranjos da rotunda do Atrium e Vidreiro, obras no edifício da biblioteca e no museu do vidro, beneficiação do espaço de recreio no Parque da Cerca, beneficiação da escola da Moita, beneficiação do Bairro João de Deus na Amieirinha ou da Rua do Repouso em Casal Galego, Rua da Sapinha na Moita, etc.

- **DIVERSOS:**

- Dos projectos submetidos e candidatados a fundos comunitários quais os que são susceptíveis de serem aprovados e com que verbas?

- As transferências para as Juntas não necessitam de reajustamentos? É sempre igual? Que meios de controlo temos para consolidar que as verbas estão conforme os acordos de execução assinados?

- para a orquestra juvenil têm definido € 2,50 !!! e nada em “não definido”

- Como é que estão previstas as tarifas da água e saneamento? Vai haver aumento? Que alterações vai haver “nas águas em alta” com a entrada da empresa Águas do Centro?

- No programa 2020, a Câmara não se candidatou a requalificação da iluminação pública com as lâmpadas LED?

- como sabemos os valores das taxas estão desproporcionados. Não vi no orçamento qualquer referência a que iremos rever taxas e os valores sobem.

- orçamento da despesa por unidade orgânica

* Pág 4 refere “Outros Juros” – 510.000€. A que se refere?

* Pág 11 – outros trabalhos especializados – 662.370,57? O que será? (Será advogados, TOC, auditores e mais o que?)

- No documento enquadramento:

* Pág 21 – o presidente diz que a localização do mercado não está ainda definida. No entanto, tomamos conhecimento pela candidatura do PEDU que o mercado será nos estaleiros e agora é aqui referido “reabilitação de edifícios para o mercado

municipal". Mas afinal em que ficamos a localização do mercado está ou não definida?

** Pág 32 – as taxas ainda vão aumentar mais 16%, quando andamos a dizer que estão altas e que devem ser revistas*

** Pág 46 - qual a razão do investimento ir a reduzir ao longo dos anos?*

** Pág 46 e seguintes – o investimento em diversas áreas (educação, infraestruturas, cultura, desporto, desenvolvimento económico) está essencialmente em "financiamento não definido", que quer dizer que não é para ser concretizado, ou a sê-lo não há prioridade*

** Pág 49 – está referido que a despesa em "funções sociais no montante de 2.539.443 euros, é para a construção, requalificação e remodelação das redes de abastecimento de água e saneamento, bem como a requalificação do Largo da República em Vieira de Leiria". Não compreendo como são funções sociais*

** Pág 50 – distribuição do investimento – com os valores ali referidos gostaria que explicassem como vão fazer o mercado, a creche, o centro escolar.*

** Pág 50 – não entendo como é feita a soma deste quadro do investimento. Na última parcela está referido "outras construções e infra-estruturas", no montante de €2.754.494,00, correspondente a 63% da rubrica e com um aumento de 80% em relação ao ano passado. A que se refere?*

** Pág 52 – no "financiamento não definido" dá para colocar as rubricas que quisermos, gostaria de saber é quais são as prioridades*

** Pág 53 – a camara não tem despesas com a saúde. Tem no entanto € 772.503,00 em "diversas não especificadas". O que é isto? Não se pode especificar?*

** Pág 55 – porque reduzimos as despesas com as famílias quando até as despesas com os órgãos da autarquia aumentam?*

** Pág 56 – a manutenção dos espaços verdes não passou para a competência das juntas?*

** Pág 62 – responsabilidades contingentes – qual o valor do pedido de cada responsabilidade? Qual o valor provisionado? Sabendo que há várias dezenas de processos judiciais, considerar apenas estes no quatro não é pouco? Em que pé está o processo da Conurma?*

- **DINHEIRO EM DEPOSITOS (saldo de conta gerência)**

- Existe um excedente de tesouraria que cresceu este ano de €6,5M para €9,8M. O que se passou para se registar um aumento de mais de €3,4M?

** Será que se verificam grandes desvios ao orçamento?*

** ou há Receitas a mais ?*

** ou execução a menos?*

** Estão pagamentos em atraso? Para além do que sabemos que as associações e colectividades ainda não receberam.*

- Qual a taxa de execução prevista para 2015? Do PAM e do PPI?

- Temos em depósitos bancários 9,8 M€. Para que vai servir esse dinheiro?

Neste orçamento não vi referido nenhuma aplicação dessa liquidez."

O Sr. Vereador Carlos Logrado colocou questões relativas a algumas verbas.

O Sr. Vereador António Santos referiu que o Orçamento Municipal vai de encontro às suas propostas, tendo saudado o excelente trabalho e o esforço desenvolvido, questionando-se se vai ser cumprido.

O Sr. Vereador Vítor Pereira também salientou a apresentação técnica do Orçamento Municipal, e deu os parabéns à Divisão pela sua apresentação e rigor. De seguida colocou algumas questões relativas a algumas das opções e das verbas inscritas. Referiu ainda que não lhe parece viável fazer tudo aquilo que a Marinha Grande precisa só com um Presidente e um Vereador a meio tempo. É um executivo muito curto que não oferece condições de governabilidade.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho referiu que as suas preocupações são as mesmas dos restantes Vereadores, designadamente do Sr. Vereador Vítor Pereira. Pediu esclarecimentos sobre quantos projectos foram apresentados aos fundos comunitários e quais os que estão efectivamente aprovados.

O Sr. Presidente esclareceu que não há candidaturas aprovadas, há intenções de candidaturas, e que só se abriram as rubricas com 5€, pois os valores que se prevê receber estão nas verbas a definir.

A Chefe da DFTI acrescentou a informação de que há garantia de financiamento para quatro projectos, a 85%, e que o único financiamento aprovado é o do PEDU.

O Sr. Presidente prosseguiu, esclarecendo as questões concretas sobre os Documentos Previsionais colocadas pelos Srs. Vereadores nas respectivas intervenções, e que se encontram espelhadas no conteúdo das declarações de voto proferidas após a votação.

No âmbito dos esclarecimentos prestados, foi abordado o processo do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e da proposta apresentada por esta entidade.

Por se tratar de uma proposta diferente da que havia sido apresentada na reunião havida em Lisboa, em que esteve presente o Sr. Presidente Álvaro Pereira e o **Sr. Vereador Vítor Pereira**, este pediu que lhe seja dado conhecimento da proposta e que o assunto seja agendado e discutido numa próxima reunião.

O Sr. Vereador Carlos Logrado também pediu que lhe seja dado a conhecer a proposta apresentada pela Câmara e a do IHRU.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

796 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2016-2019

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 57.505.227,99 € (*cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros e noventa e nove centimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 4.496.975,96 € (*quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis centimos*) e de não definido de 42.060.695,30 € (*quarenta e dois milhões, sessenta mil, seiscentos e noventa e cinco euros e trinta centimos*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 52.620.724,36 € (*cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil setecentos e vinte e quatro euros e trinta e seis centimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 10.687.988,33 € (*dez milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito euros e trinta e três centimos*) e de não definido de 760.470,00 € (*setecentos e sessenta mil, quatrocentos e setenta euros*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo rejeitado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado não o submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado não o submeter a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

ORÇAMENTO PARA 2016

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, num total de 21.963.341,87 € (*vinte e um milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e um euros e oitenta e sete cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos rejeitados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado não os submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos contra e 3 votos a favor.

Os Srs. Vereadores da CDU votaram contra e proferiram a seguinte declaração de voto:

“Os documentos previsionais consubstanciam a política gestonária do executivo municipal, refletindo o que se pretende alcançar, definindo prioridades, alocando os necessários meios financeiros.

A discussão e aprovação destes instrumentos determinam toda a gestão municipal do ano a que respeitam e mesmo dos anos vindouros, considerando a previsão plurianual que também é efetuada.

Dos documentos previsionais que nos foram presentes, importa sublinhar os seguintes aspetos fundamentais:

1 – O prazo de entrega, discussão e votação dos mesmos não foi cumprido o que vem demonstrar a incapacidade do atual e reduzido executivo em cumprir o legalmente determinado;

2 – A incapacidade de definir prioridades devidamente fundamentadas em função dos meios financeiros disponíveis;

3 – A incapacidade de não se saber gerir esses mesmos meios, fazendo dos documentos previsionais um mero amontoado de ações, abertas com verbas simbólicas de 5 euros e verbas astronómicas a definir, num claro indicio que tais obras não serão executadas;

4 – A apresentação de projetos de intenção a fundos comunitários que nunca foram discutidos com os restantes vereadores refletindo exclusivamente a opinião e opção dos eleitos do PS.

Em termos do PAM (Plano de Atividades Municipal) que consubstancia a esmagadora maioria das despesas correntes do município, constatamos a não preocupação de redução de custos. Somente a título de exemplo:

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

1 – No arrendamento de instalações para serviços municipais no valor global de 63.000 euros, sendo que 42.000 euros são para pagar o arrendamento da denominada “Casa da Marcolina”, arrendamento este que ao fim de 10 anos será mais oneroso do que a compra do imóvel;

2 – Os gastos exagerados em internet (12.000 euros) e comunicações móveis (11.000 euros);

3 – Os gastos em combustível para os veículos municipais (118.000 euros);

4 – O pagamento de cerca de 1,8 milhões de euros à SIMLIS não se tendo tomado qualquer iniciativa judicial que promova a denúncia ou renegociação do contrato absurdo estabelecido com esta empresa;

Por outro lado, constatamos uma enorme desproporcionalidade entre verbas previstas. A título de exemplo:

1 – Para o Programa de Igualdade no Género, apresentado com pompa e circunstância são previstos somente 2.500 euros;

2 – A diferença entre os 100.000 euros previstos para as Festas da Cidade (as quais agora se pretende mudar o nome) e os 141.000 euros previstos para a Semana do Design;

3 – Os 20.000 euros previstos para o Pinhal das Artes e os ridículos 3.000 euros para a divulgação dos Museus Municipais;

4 – Os 31.000 euros previstos gastar na agenda e revista municipal e os 9.000 euros previstos para as comemorações do 25 de Abril;

5 – A verba de 5 euros prevista para as obras de remodelação do edifício da Junta de Freguesia da Marinha Grande;

6 – A verba de 2,5 euros para a Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

Em termos do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) a situação agrava-se no sentido que o podemos considerar de catástrofe previsional. Ali tudo cabe e nada se sabe sobre o que irá ser feito em termos de investimento.

Na realidade, a nossa perplexidade é total.

Em termos globais o PPI que o PS nos coloca à consideração, apresenta um total geral de verbas definidas de 4,5 milhões de euros e, pasme-se, 42 milhões de euros de verbas a definir em 2016, além de mais 8,5 milhões de euros para 2017, 2018 e 2019.

Onde irá o PS arranjar 42 milhões de euros em 2016? Ao saldo da conta de gerência? Aos fundos comunitários cujos projetos nem sequer se encontram ainda aprovados?

Mais uma vez, a título meramente exemplificativo, passemos a enumerar:

1 – Oficina da Música com uma verba definida de 13.000 e uma verba não definida de 258.000 euros;

2 – Remodelação do edifício da Assembleia Municipal com uma verba definida de 5 euros e uma verba não definida de 190.000, euros sendo que neste caso deveremos questionar severamente as verbas envolvidas;

3 – A reabilitação dos estaleiros municipais com uma verba de 158.000 euros que entendemos ajustada por corresponder a uma necessidade urgente de retirada do amianto mas que não compreendemos em função do processo de candidatura do Mercado Municipal que nos indicam ser no mesmo local de forma a poder beneficiar da prerrogativa de remodelação de instalações existentes. Cumpre ainda neste aspeto questionar como irão encaixar o anterior projeto, feito para outro local e com condições naturalmente diferentes;

4 – As verbas quase inexistentes para obras em escolas e cantinas escolares, estando previstos como verbas definidas 32.000 euros e verbas não definidas 400.000 euros;

5 – As verbas de 5,00 euros para cada um dos Centros Escolares da Marinha Grande e Vieira de Leiria, sendo que em verbas não definidas se encontram consignados 5,2 milhões de euros. De referir que os valores de comparticipação da Câmara para estas obras que já mereceram o mais vivo repúdio da comunidade marinhense, a Câmara irá despende uma verba aproximada 700.000 euros que poderá ser deslocalizada para melhorar as condições do Parque Escolar e fazer grandes investimentos em áreas tão carenciadas como o abastecimento de água e saneamento;

6 – A Creche da Ivima que não tem verbas definidas e somente 100.000 euros em verbas não definidas. Será justo colocarmos um grande ponto de interrogação comparativo entre esta verba e os 190.000 euros destinados à remodelação do edifício da Assembleia Municipal;

7 – As verbas insignificantes destinadas à ação social e concretamente à recuperação do parque habitacional;

8 – As verbas simbólicas atribuídas à expansão da Zona Industrial, claramente indiciadoras que pouco se vai fazer;

9 – A verba geral definida para saneamento no valor de 694.000 euros, manifestamente insuficiente para as necessidades e ainda menos significativa relativamente a nos anteriores;

10 – A verba de 654.000 para o abastecimento de água em alta e de 253.000 euros para o abastecimento de água em baixa;

11 – A constatação que as obras de remodelação da Biblioteca, do Museu do Vidro e do Centro Azul em S. Pedro de Moel, se encontram consignadas com uma esperançosa verba de 5 euros cada;

12 – Igualmente esperançosa para os marinhenses a verba de 5 euros prevista para a construção da Piscina Municipal;

13 – Igualmente interessante é a previsão de 5 euros para obras no estádio municipal e de 5 euros para a reparação do sintético municipal na zona desportiva e que se encontra em vias de degradação total;

14 – No que concerne aos transportes, comunicações e rede viária, constatamos uma verba definida de 1,29 milhões de euros e uma verba não definida de 4,3 milhões de euros;

15 – Pasmemo igualmente com a verba destinada ao turismo – 3.500 euros;

16 – O Mercado Municipal sem verbas definidas é atirado para a “sorte” duma possível aprovação a fundos comunitários, numa hipotética remodelação de instalações dos estaleiros municipais.

Os vereadores da CDU aprovariam os documentos previsionais se os mesmos refletissem uma clara aposta estratégica e transmitissem um rumo claro para o desenvolvimento da Marinha Grande com a inclusão de medidas que diminuíssem as despesas de gestão corrente e incluíssem de forma clara e objetiva, os montantes financeiros necessários para:

1 – Melhoria do Parque escolar em detrimento da construção dos Centros Escolares;

2 – Incremento de medidas concretas na área da ação social;

3 – Construção de mais saneamento visando a cobertura total do concelho;

4 – Melhoria significativa dos sistemas de abastecimento de água;

5 – Intervenções prioritárias na rede de estradas municipais;

6 – Construção do Mercado Municipal.

Sabemos que os recursos financeiros são escassos.

Nestes termos, impõe-se mais poupança, mais gestão e sobretudo uma clara e objetiva definição das áreas prioritárias de intervenção.

Não é isso que o PS nos apresenta. O PS apresenta-nos tudo e mais alguma coisa com o objetivo de enganar os mais distraídos quando na prática nos estende uma mão cheia de nada.

Por tais motivos o nosso voto contra.

*Os vereadores da CDU
Vítor Pereira
Alexandra Dengucho”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

“A convocatória recebida a 12 de Novembro, para a reunião realizada extraordinariamente a 16 de Novembro, não cumpriu o prazo do envio da deliberação sobre esta matéria para a assembleia municipal (cf. do DL 73/2013 (RIAL). Não obstante a conjuntura política vivida neste executivo nos últimos meses, consideramos que a mesma não justifica que as opções políticas que orientam os serviços para a elaboração do documento não permitissem evitar a extemporaneidade legal da sua apresentação e a materialização da sua entrega ao órgão autárquico por excelência no tempo devido. É mais um facto elucidativo do timbre deste executivo em funções permanentes, da falta de planeamento e da indiferença que dão a este documento, que deveria ser orientador e indispensável para o desenvolvimento da nossa terra.

A importância que tem o orçamento e as grandes opções do Plano 2016 para a vida do município, só por si, mereceria uma reunião exclusivamente a ele dedicado, como fazem na generalidade dos municípios. Porque não fizemos, uma reunião extraordinária exclusiva para análise e discussão das actividades e orçamento para 2016, em tempo útil?

O Sr. Presidente pediu contributos para o orçamento de 2016, tal como tinha sido feito para o de 2014 e para o de 2015. Enviei o mesmo documento que tinha enviado em Dezembro de 2013, dado que na generalidade se encontra actualizado – muito pouco foi realizado. Esse documento, com raríssimas excepções, mantém-se actual. O que era previsível fazer em 2014 e 2015 não foi realizado. Mencionámos no mail que entendemos não ser relevante acrescentar muitas outras propostas às que já fizemos para 2015, pois era expectável que tivessem a mesma atitude política, mas obviamente que é inegável e urgente para o nosso concelho a revisão do regulamento dos apoios e subsídios, promover a “semana da Juventude” (colaboração da CMJ), a construção da piscina na sede do concelho, a construção das variantes envolventes da nossa cidade, terminar o saneamento, a

requalificação da Rua das Andorinhas, terminar a Rua do Repouso (ligando ao concelho de Leiria), o mercado, os apoios às IPSS, etc., etc.

Os documentos previsionais apresentados, constituídos pelo enquadramento dos documentos, o resumo do orçamento, o orçamento da receita, o mapa auxiliar do orçamento da receita, o orçamento da despesa estratificado por classificação orgânica e económica, as grandes opções do plano, o PPI, o PAM, o mapa de pessoal, o regulamento de execução orçamental, o orçamento da entidade participada e o mapa das entidades participadas, revelam um esforço dos serviços para o cumprimento de um dever de todas as unidades orgânicas, cuja estruturação, planeamento e execução é fundamentalmente atribuída à que tem responsabilidade em matérias financeiras. Neste ponto, salienta-se o esforço realizado pelos técnicos e dirigentes que produziram informação para o documento.

Relativamente ao documento enquadrador dos documentos registamos a preocupação expressa com a introdução de alguns contributos dados pelos vereadores embora nos restantes documentos, designadamente o PPI e o PAM, se perceba claramente a incongruência da missão, visão e objectivos estratégicos descritos com as verbas previstas para a execução das acções, algumas inexistentes e outras com valores enxertados apenas para abrir rubrica, veja-se o numero de acções abertas com 5€.

A missão, visão e objectivos estratégicos não foram alvo de um estudo cuidado. A visão mistura a inovação com a aposta na melhoria da qualidade dos serviços. É isto que é a visão para o concelho? A visão não é “apostar na melhoria da qualidade de serviços?”, isto é uma intenção. A visão é, por exemplo, atingir um nível elevado de qualidade de serviços. O papel está bonito mas após uma análise cuidada não passa de um conteúdo para embalar o orçamento, quando deveria ser a base de partida para o orçamento.

Os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso para estabelecer prioridades. Por exemplo: se tivermos como objectivo prioritário “aumentar o emprego e melhorar os rendimentos dos munícipes” Atrevo-me a dizer que todos estaríamos de acordo. Certo? Então e o que necessário para atingir este objectivo? Mais e melhores empresas, capital humano mais qualificado, incentivos à fixação de empresas, uma administração burocrática e que facilite diálogos interministeriais e interserviços, alterações de regulamentos, etc. Deve ter um papel activo como facilitador para tornar o nosso território mais atractivo, para que as empresas que já cá estão se expandam e para que novas se instalem. Deve apostar na formação de base dos jovens e requalificar os adultos, cabendo-lhe a coordenação das entidades envolvidas directa ou indirectamente na educação e na qualificação das pessoas, promovendo a participação dos agentes educativos desde o planeamento (carta educativa), como na execução de projectos educativos e medidas de apoio às famílias, aumentando as expectativas com a educação dos seus filhos, apostado em ofertas formativas alinhadas com o tecido empresarial da região. E sabem mais ... com mais educação e emprego, há melhores remunerações, o que significa mais receitas fiscais e municipais (IRS, IMI, IUC...).

As políticas sociais também estão esquecidas neste orçamento, não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias, no fundo para fazer face a uma estrutura social em percurso do envelhecimento, num território marcado por graves problemas sociais e de saúde.

O que investirmos nos próximos anos terá o retorno, tanto logo o curto como a longo prazo, no nosso concelho. Só assim evitamos o mau posicionamento em estudos estatísticos, como aquele referente ao poder de compra que nos coloca abaixo da média do país, quando no início do século já estivemos muito acima da média.

Temos questões de difícil compreensão encontradas nestes documentos. Apesar da permanente queixa que não têm dinheiro e que há redução no orçamento, isto não é verdade, aliás é exactamente o contrário. A Câmara tem em depósitos a prazo e à ordem quase 10 milhões de euros e vai ter um aumento de receita, suportada directamente pelos munícipes. Apenas como exemplo vai haver um aumento de receitas de 8% nos impostos directos (IMI / IMT / IUC / derrama), um aumento de taxas e multas de 16% e também um aumento de receita vindo do IRS pago pelos munícipes.

À luz de um nobre princípio que nos deveríamos nortear, que se prende com o facto de se dar oportunidade aos mais fragilizados para tornarmos o nosso concelho mais inclusivo e coeso, optamos por políticas desajustadas e que não contribuem para o decréscimo das desigualdades sociais, ignoram os problemas do concelho, a toxicodependência, a violência, a pobreza e exclusão social, a deficiência e a situação dos idosos, a instabilidade das famílias decorrente da fragilidade económica e social em que se encontram, a marginalidade e o risco a que os jovens estão sujeitos, entre outros que aqui poderíamos indicar.

É uma gestão de navegação à vista, sem estratégia para fazer o prioritário, não definindo o que é importante. Dependemos do que nos for disponibilizado nos Fundos Comunitários, mesmo que não seja prioritário, ou mesmo que não seja preciso. Apresentam uma previsão de despesas de investimento total de mais de 46,5 M€, no entanto só têm definido 4,4 M€ !!! Isto não é sério.

Na verdade definimos inúmeras obras com apenas € 5,00, e deixámo-las de fora da definição de verbas para obras fundamentais, algumas estruturantes, para o desenvolvimento da nossa terra. Apenas alguns exemplos: a requalificação da adutora dos Altos Picotes (tem € 5,00, precisa 2,6M€); os centros escolares (é para fazer ou não? mas só tem € 5,00, quando são precisos 3,1M€); a Piscina (tem € 5,00, precisa 3,7M€); o mercado municipal (tem apenas € 3.300,00); a construção do parque TIR (tem € 5,00, precisa 212M€); a ampliação, as infra-estruturas, as entradas e saídas da ZI (tem € 5,00 e precisa 3,7M€), etc. etc.

Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no

planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.

Só mais uma nota para finalizar, quando é referido neste documento que ele reflecte "não apenas as intenções do executivo permanente, como de todos os vereadores", deixo o registo de que este orçamento não reflecte as opções do MPM, o movimento pelo qual fui eleito. As propostas que apresentámos foram muita além do que está plasmado no orçamento. Entendemos perfeitamente que não é possível nos próximos 4 anos fazer tudo o que a Marinha Grande necessita, mas é por isso é que temos de definir prioridades em função dos objectivos estratégicos. Naturalmente se não há visão nem definição estratégica, também não haverá prioridades.

Apesar de entender que não poderão ser introduzidas todas as minhas propostas, não posso aceitar que afirmem que este orçamento reflecte as "propostas e intenções de todos os Vereadores". Como podem constatar, pelo menos as minhas propostas de "obras/hardware" não estão reflectidas, e esta afirmação serve apenas para o exterior, para "inglês ver", mas considero-a abusiva do que foi a discussão prévia que tivemos.

Para além do mais, há uma grande discrepância entre o descrito no documento que enquadra os documentos previsionais e aquilo que o PPI, PAM e orçamento reflectem. A estratégia é preparar o futuro e não pensar apenas no amanhã e na forma como se tenta iludir os marinhenses para ganhar eleições, ou outros vereadores para, por exemplo, aprovarem o orçamento. O MPM não se ilude, a esperança pela mudança está num declínio completo.

Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016.

*O Vereador
Aurélio Ferreira"*

O Sr. Vereador António Santos votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:

"OM2016

A 08 de Janeiro de 2015, por deliberação do Executivo Municipal, foram aprovados a missão, visão e objetivo estratégicos plurianuais do município da Marinha Grande.

"Pretendemos essencialmente que a Marinha Grande se afirme como um Município moderno, que tem no se tecido empresarial a sua âncora mas que não deixa de olhar também para o seu potencial turístico, que lhe advém quer da sua localização (do Pinhal do Rei ao Mar) quer do seu Património histórico e cultural.

Servindo mais e melhor o Município e os Municípes pretende-se que a Marinha Grande se torne cada vez mais um território apetecível para se viver, para se investir, para se visitar”

Estas foram as palavras proferidas pelo atual Presidente da Câmara de Marinha Grande.

Só posso assinar por baixo esta missiva. Estou plenamente de acordo.

Mas das palavras às obras ainda há muito caminho a percorrer. O concelho precisa é de ir ao encontro do que as pessoas mais precisam, designadamente de infraestruturas básicas, que ao longo de 40 anos de democracias este concelho ainda, lamentavelmente, não possui, quando aqui bem perto de nós, concelhos e até freguesias, já têm o que é essencial para uma vida próspera, designadamente, piscina, mercado, saneamento, creches, desmaterialização dos serviços camarários, entre outras...

Sabemos que a proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e o Orçamento Municipal consubstancia um amplo conjunto de orientações e atividades que serão executadas pelos Serviços Municipais ao longo do na de 2016 e seguintes, esperamos nós, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do concelho e a promoção da melhoria das condições de vida da população.

Sabemos que não estamos apenas perante uma mudança de modelo, mas de uma alteração estrutural e organizacional da Administração Pública.

Mas também temos conhecimentos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o quadriénio de 2016-2019 também se alicerçam na situação económica e financeira favorável do Município da Marinha Grande, plasmada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses reportado ao ano de 2014, a saber:

" 1.º lugar no ranking global dos cinco melhores municípios do Distrito de Leiria;

" 2º lugar no ranking global dos 25 melhores municípios de média dimensão;

" 22º lugar no ranking dos municípios com melhor índice de dívida total.

" 22.º lugar no ranking global da eficiência financeira do exercício dos 25 melhores município de média dimensão.

" 25.º no ranking dos municípios que apresentam maior independência financeira, considerando que os recursos financeiros provêm maioritariamente de receitas próprias.

37.º lugar no ranking dos municípios com grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao grau de execução de receitas liquidadas, ou seja, os municípios que, na sua gestão orçamental, procuram acautelar a imprevisibilidade de cobrança da receita liquidada e que menos propensões apresentam para a existência de dívida, e

Os limites de endividamento estabelecidos nos termos da Lei das Finanças Locais são amplamente cumpridos.

Só por estes factos era sinónimo de regozijo, mas faltam de facto obras que há muito andam a ser prometidas e até à presente data, ainda estão por fazer, o que é pena e lamentamos profundamente.

De harmonia com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região de Leiria, o Município da Marinha Grande estabeleceu como prioridade de investimento as ações descritas, a saber:

- Investir na educação;*
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;*
- Apoiar infraestruturas e equipamentos sociais*

Quanto aos projetos a submeter ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020, são:

- Construção de centro escolar da Marinha Grande, com investimento no montante de 3.180.000,00 Euros;*
- Eficiência energética Piscinas Municipais, com investimento no montante de 235.294,12 Euros;*
- Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande, com investimento no montante de 369.000,00 Euros;*
- EB Guilherme Stephens, com investimento no montante de 352.941,18 Euros*

No seguimento da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) o Município da Marinha Grande estabeleceu as seguintes prioridades de investimento:

- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;*
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;*
- Promover a inclusão social e combater a pobreza*

Projetos submetidos ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020 (PEDU)

- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande, com investimento no montante de 868.000,00 Euros;*
- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande, com investimento no montante de 532.000,00 Euros;*
- Centro de interface de transportes urbanos, com investimento no montante de 1.260.000,00 Euros;*
- Habitar ao centro: Reabilitação integral de edifícios, com investimento no montante de 715.400,00 Euros;*
- Reabilitação de edifícios visando a instalação do mercado municipal, com investimento no montante de 2.000.000,00 Euros;*

- *Reabilitação do espaço público envolvente ao mercado, com investimento no montante de 550.000,00 Euros;*
- *Reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens, com investimento no montante de 430.000,00 Euros;*
- *Reabilitação integral do edifício para apoio ao Jardim Municipal Luís de Camões, com investimento no montante de 200.000,00 Euros;*
- *Reabilitação do espaço envolvente às intervenções no edificado do Centro Histórico, com investimento no montante de 350.000,00 Euros;*
- *Reabilitação integral de edifício público para instalação de um espaço comunitário-loja e cantina social, com investimento no montante de 230.000,00 Euros;*
- *Centro da Marinha Grande-um centro ao ar livre, com investimento no montante de 300.000,00 Euros;*
- *Reabilitação dos edifícios de habitação social do bairro municipal de Casal de Malta e Praceta da Liberdade, com investimento no montante de 700.000,00 Euros;*
- *Reabilitação do espaço público do bairro municipal Casal de Malta e Praceta da Liberdade, com investimento no montante de 150.000,00 Euros*

Em concreto, estão definidas para 2016, as seguintes obras a saber:

- *OBRAS DE BEM.DIVERSAS EM EDIFICIOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS (edifício da Rua Machado Santos) - 176 106,00;*
- *GRANDES REPARAÇÕES NO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL 51 631,00;*
- *REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO - 156 648,20*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NAS TRUTAS -255 440,00*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA AMIEIRA 148 145,00;*
- *SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM PICASSINOS- 157 780,00;*
- *OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHODA MARINHA GRANDE - 120 000,00;*
- *CONSTRUÇÃO DO FURO DE CAPTAÇÃO EM PICASSINOS 30 000,00;*

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

- EXECUÇÃO DE PIEZÓMETRO DE PESQUISA PARA EVENTUAL EXPLORAÇÃO NO PILADO- 15 000,00
- OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO FURO AC3 – PEDRULHEIRA- 38 243,00;
- OBRAS DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA - 20 000,00;
- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO À ESTRADA ATLÂNTICA-INFRAESTRUTURAS REDE ÁGUAS- 208 820,00;
- AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO PARA ABASTECIMENTO EM ALTA- 41 842,00
- REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE S. PEDRO DE MOEL - 4 920,00;
- ESTUDOS E PROJECTOS DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA - 5 000,00;
- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO LARGO GAGO COUTINHO SACADURA CABRAL - 19 108,00;
- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ALEGRIA, RUA DAS FLORES, RUA COMENDADOR SANTOS BAROSA E TRAVESSA VIEIRA DE LEIRIA - 58 530,00;
- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA DO CENTRO TRADICIONAL - 7 198,00;
- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA LAGOA NA GARCIA - 8 120,00;
- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSOS ARRUAAMENTOS NO LUGAR DAS TRUTAS -105 000,00;
- OBRAS DE REMODELAÇÃO DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM BAIXA- 37 885,00;
- ESTUDOS E PROJETOS NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 12 000,00;
- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO À ESTRADA ATLÂNTICA- 184 704,00;
- REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA EM VIEIRA DE LEIRIA - 214 834,26;

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

- OBRAS DE REABILITAÇÃO NA CASA MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA - S. PEDRO DE MOEL
- 51 342,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE
-18 450,00,;
- REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO- 18 450,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES -
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015 - 100 000,00,;
- CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DE ACESSO DA ZONA SUL DA ZONA INDUSTRIAL DA
MARINHA GRANDE À AUTOESTRADA A8 - 62 827,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – EMBRA- 47 763,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS ANDORINHAS -150 000,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA NOVA DO MOÍNHU DE CIMA - ALBERGARIA -16 960,00,;
- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NA FREGUESIA DA
MARINHA GRANDE - 45 895,00,;
- BENEFICIAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA - ORDEM -13 530,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - MOITA -71 031,00,;
- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NO CONCELHO DA
MARINHA GRANDE- 341 457,00,;
- BENEFICIAÇÃO DA RUA ESQUERDA – MOITA- 339 200,00,;
- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DAS TRUTAS-FASE
1- 141 510,00,;
- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DA AMIEIRA – 25
000,00,;
- REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM MATIAS E TRAVESSA DO COTOVELO - 51 000,00,;
- PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA-PEDU/PARU-REABILITAÇÃO DO ESPAÇO
PUBLICO ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – (Montante
definido- 1 999 995,00)

Pela panóplia de obras suprareferenciadas que o executivo pretende fazer, no exercício de 2016, nota-se uma clara, nítida e inequívoca pretensão de aproximação daquilo que sempre ansiei que fosse feito em prol das populações marinhenses, vieirenses e moitenses.

Houve um dever de cuidado extremo de satisfazer em termos de obras todas as freguesias do concelho de Marinha Grande, quer ao nível de requalificação, desporto, saneamento, rede de abastecimento de água e acção social.

Mas lamentavelmente, neste preciso momento, ainda andamos a discutir onde fica o mercado municipal ou a piscina.

Ainda não temos saneamento básico concluído, nem perto disso, nem o centro histórico revitalizado.

Nas variantes já nem se fala ou escreve mas que tanta falta faz para descongestionar o centro da cidade.

A zona Industrial precisa de ser alargada.

Precisamos, ainda, de um terminal rodoviário.

Cada vez mais, torna-se imperioso apostar na inovação e no desenvolvimento sustentável.

Estas medidas eram o mínimo que se podia exigir a um executivo que tem governado com estabilidade porque para além de ter ganho as eleições autárquicas, a oposição tem sido condescendente.

Porque faço parte dessa oposição responsável, não utilizo a política do não só para dizer não de qualquer forma ou feitio ou para ser falado porque estou sempre do contra. Lá vai o tempo, penso eu, para ser uma verdadeira e genuína oposição, era votar sempre contra. Se tal não sucedesse, já não era considerada oposição musculada.

Seria descontextualizado e, até irresponsável, estar a exigir tudo o que falta, tudo o que não foi feito ao longo destes 40 anos, porque não houve a capacidade de concretizar o que descrevemos supra.

Se, porventura, um documento desta envergadura não é aprovado, a gestão, verdadeiramente dita, para o futuro, deixa de ser feita e passa a ser uma mera gestão, por duodécimos, onde não se podem vislumbrar grandes desenvolvimentos ou melhorias para a população Marinhense, Vieirense e Moitense.

O concelho estagnaria mais do que aquilo que já se encontra para além da sua solvibilidade ficar fortemente afectada.

Como tenho dito em reuniões de Câmara sempre fui a favor, quer da estabilidade, quer da governabilidade política e, sempre defendi, que deve governar quem ganha as eleições.

Sempre disse também que por mim o poder local deve governar pelo espaço de tempo previamente estipulado (4 anos). Devemos em todas as circunstâncias aceitar o voto popular. São estes e só a estes a quem compete decidir quem os deve governar.

Espero sinceramente que tudo o que tenho defendido, ao longo deste mandato, para bem da população do concelho de Marinha Grande, seja concretizado ou pelo menos começado em 2016, principalmente para as obras de grande vulto.

E é só por isto e tão só e apenas por isto que vou votar favoravelmente este OM2016.

Este é o meu voto em consciência.

*O Vereador Municipal
Eleito pelo PPD/PSD, como independente”*

O Sr. Vereador Carlos Logrado votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Numa primeira leitura dos Documentos Previsionais de 2016 concluiríamos, falsamente, que houve a pretensão do governo PS em incluir todas as sugestões dos Vereadores da oposição, nomeadamente as muitas que o + Concelho fez chegar em devido tempo.

No entanto, da análise do PAM e do PPI, verifica-se que os números não correspondem ao documento de enquadramento do Orçamento e dos Documentos Previsionais, nomeadamente dos múltiplos objectivos que se propõe atingir.

Tal evidência é demonstrada pela discrepância enorme que existe entre as verbas não definidas e o montante previsível que pode a elas ser alocado. Dos 42 M€ previstos em verbas não definidas só com muita criatividade se conseguirá atingir metade desta verba. Mesmo assim imaginamos, por isso, um cenário em que todas as variáveis são favoráveis ao Município.

Em grandes números este valor é constituído por três componentes. O primeiro, o saldo de gerência de 2015, só muito optimisticamente se pode considerar o valor próximo de 7 M€; da comparticipação das candidaturas ao Programa 2020 também optimisticamente se podem considerar para 2016 no valor de 10 M€, e a libertação de algumas verbas consagradas noutras rubricas, por não executadas, engrossarão esse montante.

Em todos os casos o somatório delas não corresponderá nem a 50% do valor previsto para não definido.

Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, nem mesmo atender a todas as sugestões dos Vereadores. É por isso necessário definir prioridades e as prioridades devem ser aquelas que permitam a redução de despesa, o aumento das receitas e o aumento da satisfação dos munícipes.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

É por isso incompreensível que quase não estejam previstas verbas, nomeadamente para eficácia energética, modernização administrativa e aumento da competitividade do concelho para a instalação de novos agentes de desenvolvimento.

O PS tem toda a legitimidade para governar e defendemos que o deve fazer até final do mandato.

A reprovação dos Documentos Previsionais não põe em causa este princípio, ao contrário, dá-lhe oportunidade de melhorar o documento e apresentar a votação novo documento previsional que tenha em conta as opiniões mais relevantes da maioria dos Vereadores.

Não pode o PS interpretar este voto como impossibilidade governativa porque ainda há tempo de apresentar um documento mais sólido e que melhor defenda os interesses do concelho.

Não pode o PS, com dois Vereadores, governar como se quatro tivesse. Exemplo disso é a forma obstinada como sozinhos querem levar por diante as grandes obras estruturantes candidatas aos incentivos Portugal 2020, sem previamente as apresentarem ou discutirem com a restante Vereação.

Por parte do + Concelho é clara a intenção de tudo fazer para criar condições de governabilidade da Câmara, nomeadamente se o PS modificar os Documentos Previsionais e integrar o que atrás defendemos."

15 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Assunto retirado da ordem do dia, em virtude da rejeição dos Documentos Previsionais.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

797 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 01:30 horas.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
16/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião